



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2022 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022 - FMS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 75, INCISO II, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

1. DO PREAMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rodovia SC 443, Km 02, CEP 88717-000, Sangão/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.780.458/0001-17, neste ato representado pela Secretária de Saúde, **Sra. Samira Casagrande de Souza**, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, realiza a contratação direta por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** de empresa especializada com profissional médico especializado para prestar serviços de pesquisa e responsabilidade técnica para o desenvolvimento de estudo científico na área das práticas Integrativas e Complementares no município de Sangão/SC, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos.

2.2. Aplica-se ao este Termo de Dispensa, a seguinte legislação:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- Lei Orgânica do Município.
- Decreto Municipal nº 149 de dezembro de 2021;

2.3. Conforme o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, no caso de serviços comuns e compras.

2.4. Para fins de aferição dos valores que atendam ao limite referido, deverão ser observados: (i) o somatório do que for despendido no **exercício financeiro** pela respectiva **unidade gestora**; (ii) o somatório da despesa realizada com **objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

2.5. Trata-se da hipótese de dispensa de licitação mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter e eventual, muitas vezes urgentes.

2.6. Essa desburocratização do processo de compra nas aquisições de baixo valor vem ao encontro com o princípio da **economicidade**.

2.7. Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1:

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”.

2.8. Por fim, na inteligência de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em *Contratação Direta sem licitação*, Ed. Brasília Jurídica, 5ª Edição, p. 289:

“Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação.”.

2.9. Portanto, como a lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica, desde que a unidade gestora não ter atingido o limite previsto naquele exercício financeiro, bem como, mediante o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, a presente contratação atende ao disposto no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/21.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. Considerando que o Centro Municipal de Reabilitação de Sangão (CMR) é de Gestão Municipal, e desde maio de 2021 vem desempenhando atendimento voltado à Prática Integrativa em Saúde Ozonioterapia, conforme regulamentado pela Lei Municipal 982 de 20 de abril de 2021, e seguindo as normas dos Conselhos Profissionais dos servidores que praticam a técnica.

3.2. Considerando que o CMR atendia até 13/06/2022 (data do último atendimento) com Ozonioterapia uma média de 150 pacientes/mês, no tratamento da Dor Crônica, Feridas, Doenças Ginecológicas e melhora da saúde, com resultados positivos na melhora dos pacientes, todos registrados em Ficha de Avaliação e Termo de Consentimento assinado pelo paciente, e em Prontuário Eletrônico do Sistema Celk.

3.3. Considerando e obedecendo a Nota Técnica N°43/2022/SEU/GQUIP/GGTPS/DIRE3/ANVISA emitida pela Anvisa na data de 08/06/2022, que configura com infração sanitária o uso de equipamentos de emissão de Ozônio não regularizados para indicações que não compreendam áreas Odontológicas e Estéticas, foram suspensos TODOS os atendimentos em Ozonioterapia no CMR.

3.4. Neste interim, e em análise de linhas de pesquisa hoje em andamento no Brasil e considerando a demanda até então atendida com Ozonioterapia no Município de Sangão, é de extrema relevância e URGÊNCIA o desenvolvimento de Pesquisa Científica voltada para o estudo do tratamento da Dor Crônica e tratamento de Feridas com Ozonioterapia em nosso território.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

3.5. Portanto, a justificativa apresentada, demonstrou que **a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo**, além de evidenciar que o objeto da dispensa de licitação seria a melhor (ou única) solução capaz de satisfazer as necessidades da Secretaria.

3.6. Esse mesmo. Suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de dispensa ou inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no **art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021**.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O objeto da presente Dispensa de Licitação é a contratação de empresa especializada com profissional médico especializado para prestar serviços de pesquisa e responsabilidade técnica para o desenvolvimento de estudo científico na área das práticas Integrativas e Complementares no município de Sangão/SC.

4.2. Os itens objeto da presente dispensa deverão possuir as seguintes especificações mínimas:

| ITEM | UND. | QTD. | ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------|------|--|----------------|---------------|
| 01 | MÊS | 12 | Contratação de Empresa especializada com profissional especializado para prestar serviços de pesquisa e responsabilidade técnica para o desenvolvimento de estudo científico na área das Pratica Integrativas em Saúde com cadastro na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e no Conselho Nacional de Saúde. | R\$ 3.000,00 | R\$ 36.000,00 |

4.3. Implementação e suporte técnico visando desenvolvimento da pesquisa, atualizando junto a Comissão Nacional de ética em pesquisa – CONEP.

4.4. Orientação e/ou treinamento dos profissionais já atuantes para adequação dos serviços, POP's, protocolos internos de coleta e armazenamento já desenvolvidos com objetivo de se enquadrar aos parâmetros da pesquisa.

4.5. Visitas Técnicas Do Médico Coordenador das Pesquisas ou pessoa capacitada vinculada objetivando expor questões de cunho clínico pertinente ao correto desenvolvimento da referida pesquisa.

4.6. Empenho focado na orientação da equipe responsável pelo desenvolvimento "in Loco da pesquisa, direcionado aos procedimentos, registro de informações, formas de armazenamento dos dados Para isto, realizando adequações dos POP' a e protocolos de coleta de informações para convergir com o objeto da pesquisa.

4.7. Disponibilizados mecanismos de contato para Feedback semanal para sanar dúvidas remanescentes.

4.8. Visitas técnicas para levantamento de dados e validação dos dados coletados e inserção dos mesmos para análise geral visando o desenvolvimento e produção científica final da pesquisa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

5. DO FUTURO CONTRATADO

5.1. A futura CONTRATADA será a empresa **D'AQUINO & D'AQUINO ASSISTENCIA MEDICA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **07.521.608/0001-00**, estabelecida na Rua Uruguai, nº 277, sala 4, Centro, Itajaí/SC, CEP 88.302-200.

5.2. A Lei nº 14.133/21 dispõe que a **proposta mais vantajosa** para a Administração Pública não necessariamente será a de menor preço, mas sim aquela que atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor custo-benefício, considerando o valor, o ciclo de vida e, ainda, as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental.

5.3. No caso, a escolha do contratado encontra amparo na proposta com **MENOR PREÇO**, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

5.4. No que se refere a **qualificação técnica** do futuro contratado, também chamada de capacidade técnico-operacional, trata da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional está restrita ao rol previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/21, tendo sido atendida a contento pelo contratado.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da prestação dos serviços, juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas da regularidade social.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2022:

10.01.2.040.3.3.90.39.00.00.00.00.0696 – (20)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

8. DO FORO

8.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de JAGUARUNA/SC.

9. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO

9.1. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO publicação no sítio da municipalidade.

Sangão/SC, 01 de julho de 2022.

Diogo de Souza Silvano
Agente de Contratação

Janilda dos Santos de Souza Alves
Equipe de Apoio

Diego Moretto Jesuíno
Equipe de Apoio

Samira Casagrande de Souza
Secretária de Saúde



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

10. DA RATIFICAÇÃO

10.1 Considerando-se as manifestações carreadas, a fundamentação jurídica apresentada e a instrução do presente processo, ratifico a contratação por Dispensa de licitação em tela, encaminhando-se os autos para as providências de estilo.

Sangão/SC, 01 de julho de 2022.

Castilho Silvano Vieira
Prefeito Municipal